



CETESB

Demonstrações Financeiras
31 de março de 2024

Índice

Demonstrações Financeiras Individuais

Release de Resultados	2
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
Notas Explicativas.....	10
Relatório de Revisão das Informações Contábeis Intermediárias - Sem Ressalva.....	37

RESULTADOS 1T24



Secretaria de  **SÃO PAULO**
GOVERNO DO ESTADO
Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

A Companhia apresenta, a seguir, Comentário de Desempenho sobre os resultados contábeis do primeiro trimestre de 2024 (1T24), comparativamente ao primeiro trimestre de 2023 (1T23):

RECEITA

As receitas incluem subvenções recebidas da Fazenda do Estado, além de receitas geradas pelas atividades exercidas sob o poder de polícia, como licenciamento e aplicação de infrações ambientais. Outras fontes importantes de receita foram as vendas de serviços e produtos, que englobam análises laboratoriais, certificação de veículos, cursos oferecidos pela Escola Superior, emissão de certidões, entre outros.

No 1T24, a CETESB apresentou uma receita líquida de R\$ 123 milhões, representando um aumento de 8% em comparação com os R\$ 113,7 milhões registrados no 1T23. No entanto, é importante destacar as variações específicas nas principais fontes de receita.

A receita com licenciamento ambiental registrou uma queda de 5%, passando de R\$ 85,2 milhões no 1T23 para R\$ 81,2 milhões no 1T24. Esta redução de R\$ 4 milhões é atribuída a um menor número de entrada de processos de licenciamento no período, refletindo possíveis mudanças no mercado e na demanda por licenças.

Subvenção

No primeiro trimestre de 2024, a CETESB recebeu uma subvenção de R\$ 31,3 milhões, alocados especificamente às rubricas "Pessoal e Encargos Sociais" e "Custeio". Esta alocação estava em conformidade com a Lei Orçamentária Anual, conforme estipulado pela Lei Estadual nº 17.863 de 22 de dezembro de 2023 e pelo Decreto Estadual nº 68.309 de 18 de janeiro de 2024. Originalmente, o montante previsto para estas rubricas era de R\$ 39,7 milhões, representando uma redução efetiva de 21,1% em relação ao valor orçado. Em comparação, no mesmo período de 2023, a redução foi ainda mais significativa, onde apenas R\$ 18,1 milhões foram repassados dos R\$ 35,8 milhões previstos, evidenciando uma tendência de melhora na transferência de recursos comparado ao ano anterior.

Deduções da Receita Bruta

As deduções da receita bruta, que totalizaram R\$ 5,2 milhões no período, originaram-se de cancelamentos administrativos e judiciais de infrações ambientais, pedidos de devolução de licenças e tributos.

Abaixo, apresentamos um quadro detalhado da receita arrecadada no 1º trimestre de 2024: ,

Receita (R\$ mil)	1T24	1T23	Varição (Valor)	Varição (%)
Subvenção	31.379	18.178	13.201	73%
Licenciamento	81.241	85.272	(4.031)	(5%)
Multas Ambientais	13.057	12.019	1.038	9%
Taxa Fiscalização Ambiental	-	-	-	-
Venda de Serviços e Produtos	2.574	3.517	(943)	(27%)
Receita Bruta	128.250	118.986	9.264	8%
Deduções	(5.199)	(5.278)	79	(1%)
Receita Líquida	123.051	113.708	9.343	8%



RESULTADOS 1T24

CUSTOS E DESPESAS

O total combinado de custos e despesas mostra um aumento modesto de 9% para os custos de serviços e produtos e uma redução de 3% nas despesas gerais e administrativas. Seguem alguns destaques:

Pessoal e Reflexos

Houve um aumento significativo de R\$ 9,8 milhões, ou 9%, comparado ao mesmo período do ano de 2023. Esse crescimento decorre principalmente da folha de pagamento e encargos sociais relacionados à negociação salarial e ao plano de carreira.

Assistência Médica:

Diminuição significativa de 31%, de R\$ 9.2 milhões para R\$ 7.3 milhões.

Materiais

Redução significativa de 38% em custos, caindo de R\$ 1.2 milhão. No mesmo período em 2023, houve a compra de diversos equipamentos importados para os laboratórios.

Aluguéis

Aumento de 413%, de R\$ 191 mil para R\$ 979 mil, que pode refletir o novo contrato de locação de veículos.

Custos e Despesas (R\$ mil)	Custo dos Serv. e Produtos Vendidos e Subvencionados		Variação (Valor)	Variação (%)	Despesas Gerais e Administrativas		Variação (Valor)	Variação (%)
	1T24	1T23			1T24	1T23		
Pessoal e Reflexos	89.673	80.693	8.980	11%	24.870	24.022	848	4%
Pessoal Afastamento SEMIL	-	-	-	-	6.192	7.901	(1.709)	(22%)
Pessoal Afastamento Fund Florestal	-	-	-	-	256	180	76	42%
Remuneração Diretoria	334	277	57	21%	199	187	12	6%
Assistência Médica	4.780	4.198	582	14%	2.531	5.014	(2.483)	(50%)
Remun.Órgãos Estatutários	-	-	-	-	589	486	103	21%
Recup.Pessoal Afastamentos Outros Órgãos	-	-	-	-	(74)	(71)	(3)	4%
Materiais	1.346	2.764	(1.418)	(51%)	686	513	173	34%
Serviços de Terceiros	4.958	4.350	608	14%	2.348	2.834	(486)	(17%)
Servs.Prestados Partes Relacionadas	-	-	-	-	386	183	203	111%
Viagens	307	184	123	67%	150	128	22	17%
Aluguéis	217	141	76	54%	762	50	712	1.424%
Utilidades	866	948	(82)	(9%)	599	632	(33)	(5%)
Seguros	1	-	1	-	129	56	73	130%
Imp/Taxas e Contribuições	414	708	(294)	(42%)	75	319	(244)	(76%)
Depreciações/Amortizações	3.256	2.564	692	27%	1.321	1.194	127	11%
Distribuição de Custos	1.034	1.067	(33)	(3%)	(1.034)	(1.067)	33	(3%)
Demais Despesas	90	244	(154)	(63%)	1.572	344	1.228	357%
Total	107.276	98.138	9.138	9%	41.557	42.905	(1.348)	(3%)

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Com base nas decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e na Lei Complementar nº 173/2020, houve alterações importantes nos provisionamentos para dissídios coletivos dos anos de 2020/2021 e 2021/2022. As decisões judiciais recentes impediram reajustes salariais e de benefícios até 31.12.2021, o que resultou em revisões substanciais das provisões previamente estabelecidas para esses períodos. Esta reversão resultou

RESULTADOS 1T24

em um impacto econômico positivo para a CETESB, diminuindo as obrigações futuras previstas em R\$ 48,6 milhões.

Tipo de Ação	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31/12/2023	70.219	7.457	21.302
Adições	-	149	273
Reversões (-)	(48.699)	(2.101)	-
Baixas (-)	(497)	(43)	-
Saldo em 31/03/2024	21.023	5.462	21.575

A redução nos provisionamentos também alinha a empresa com práticas contábeis prudentes e responsáveis, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25

RESULTADOS

O resultado do exercício no 1T24 apresentou um lucro líquido de R\$ 28,3 milhões, em comparação ao prejuízo líquido de R\$ 37.6 milhões registrado no mesmo período do ano anterior. Esta melhora significativa no desempenho financeiro é atribuída principalmente à reversão de provisões trabalhistas.

LUCROS/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1T24	1T23	Variação (Valor)	Variação (%)
	28.346	(37.677)	66.023	175%

Demonstrações Financeiras Intermediárias - 31 de março de 2024 e 2023

ATIVO	31.03.2024	31.12.2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.03.2024	31.12.2023
CIRCULANTE	115.699	137.509	CIRCULANTE	134.484	183.452
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios <i>(nota 04)</i>	36.690	62.520	Fornecedores <i>(nota 11)</i>	10.394	11.796
Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados <i>(nota 04)</i>	7.135	7.821	Salários e Remunerações a Pagar <i>(nota 12)</i>	81.478	71.953
Clientes e Outras Contas a Receber	487	671	Impostos e Contribuições a Recolher <i>(nota 13)</i>	17.141	23.593
Adiantamentos a Empregados <i>(nota 05)</i>	7.512	4.963	Adiantamentos de Convênios <i>(nota 14)</i>	3.258	3.484
Adiantamentos a Fornecedores	3.246	2.569	Adiantamentos de Clientes	944	226
Impostos a Recuperar <i>(nota 06)</i>	211	199	Outras Contas a Pagar	162	177
Parcelamentos a Receber <i>(nota 07)</i>	7.644	8.101	Provisão para Contingências <i>(nota 15)</i>	21.107	72.153
Depósitos Judiciais <i>(nota 15)</i>	46.092	45.348	Provisão para Contribuição Social	0	70
Valores a Receber - Dívida Ativa <i>(nota 08)</i>	1.813	887			
Estoques	991	862	NÃO CIRCULANTE	114.671	113.042
Despesas Exercício Seguinte	3.878	3.568	Impostos Reservas de Reavaliação	434	441
NÃO CIRCULANTE	219.168	216.341	Adiantamentos de Convênios <i>(nota 14)</i>	3.877	4.337
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	58.751	59.700	Provisão para Contingências <i>(nota 15)</i>	26.953	26.825
Depósitos Judiciais <i>(nota 15)</i>	11.547	9.775	Provisão para Contrib. Prev. <i>(nota 16)</i>	83.407	81.439
Adiantamentos a Empregados <i>(nota 05)</i>	2.875	3.470			
Parcelamentos a Receber <i>(nota 07)</i>	10.231	11.427	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85.712	57.356
Antecipação de Dividendos <i>(nota 17d)</i>	7.133	7.133	Capital Social <i>(nota 17a)</i>	170.377	170.377
Valores a Receber - Dívida Ativa <i>(nota 08)</i>	25.108	25.920	Ações em Tesouraria (-)	(1)	(1)
Impostos a Recuperar <i>(nota 06)</i>	1.857	1.975	Reservas de Reavaliação <i>(nota 17b)</i>	18.927	18.998
			Prejuízos Acumulados <i>(nota 17c)</i>	(103.591)	(132.018)
IMOBILIZADO <i>(nota 09)</i>	158.690	154.708			
INVESTIMENTO	8	8	TOTAL	334.867	353.850
INTANGÍVEL <i>(nota 10)</i>	1.719	1.925			
TOTAL	334.867	353.850			

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - 1T24

Valores em milhares de reais



Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística  **SÃO PAULO**
GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações Financeiras Intermediárias - 31 de Março de 2024 e 2023

	nota	31.03.2024	31.03.2023
RECEITA DE SERVIÇOS E VENDAS			
Subvenção de Custeio		31.379	18.178
Exercício do Poder de Polícia Delegado		94.298	97.290
Venda de Serviços e Produtos		2.574	3.515
Deduções		(5.200)	(5.278)
TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS	18	123.051	113.705
CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS E SUBVENCIONADOS	19	(107.276)	(98.138)
LUCRO BRUTO		15.775	15.567
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Administrativas	19	(41.557)	(42.905)
Despesas/Reversão de Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		2.168	2.333
Outras Despesas e Receitas Operacionais	20	51.901	(12.065)
		12.512	(52.637)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS		28.287	(37.070)
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	21	62	(607)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		28.349	(37.677)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO		28.349	(37.677)
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES DE CAPITAL		(R\$ 4,03)	(R\$ 6,66)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - 1T24

Valores em milhares de reais



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de  **SÃO PAULO**
GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações Financeiras Intermediárias - 31 de Março de 2024 e 2023

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2023</u>
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	28.349	(37.677)
Realização das reservas de reavaliação	(71)	(71)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação	78	78
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	28.356	(37.670)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 1T24

Valores em milhares de reais



Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Secretaria de

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO**Demonstrações Financeiras Intermediárias - 31 de Março de 2024 e 2023**

	31.03.2024	31.03.2023	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro/Prejuízo do Período	28.349	(37.677)	
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Provisão Contingências Trabalhistas/Cíveis	(50.650)	20.916	nota 15
Provisão para Contribuições Fiscais	273	324	nota 15
Provisão para Contribuições Previdenciárias	1.967	2.316	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa	(25.831)	(12.832)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outras	1.615	2.336	
Provisão PPR-Progr.Partic.Resultados	5.361	4.198	
Provisão Plano de Carreira	661	-	
Provisão Férias/13º Salário/Licença Premio	3.485	2.624	
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(70)	(555)	
Depreciação do Imobilizado	3.297	3.547	nota 9
Amortização do Intangível	206	210	nota 9
Realização Reserva de Reavaliação	7	7	
Baixas no Ativo Imobilizado	1.078	3.967	nota 9
Baixas no Intagível	-	-	
Subtotal	(30.252)	(10.619)	
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante			
Clientes e Outras Contas a Receber	184	372	
Adiantamentos a Empregados	(2.432)	(3.857)	
Adiantamentos a Fornecedores	(676)	(1.627)	
Impostos a Recuperar	24	(52)	
Parcelamentos a Receber	597	1.901	
Valores a Receber - Dívida Ativa	25.717	13.168	
Estoques	(129)	(107)	
Despesas Exercício Seguinte	(310)	(175)	
Depósitos Restituíveis	(2.516)	(480)	
Subtotal	20.459	9.143	
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante			
Fornecedores	(1.403)	728	
Salários e Remunerações a Pagar	18	11	
Impostos e Contribuições a Recolher	(6.452)	(5.371)	
Adiantamentos de Convênios	(685)	(875)	
Adiantamentos de Clientes	718	146	
Outras Contas a Pagar	(15)	(2)	
Impostos Reservas de Reavaliação	(7)	(7)	
Baixas Contingências Trabalhistas/Cíveis	(540)	(7.043)	nota 15
Subtotal	(8.366)	(12.413)	
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	(18.159)	(13.889)	
Atividades de Investimento			
Aquisição de Intangível	-	-	
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(8.357)	(10.151)	nota 9
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(8.357)	(10.151)	
Atividades de Financiamento			
Recursos destinados a Aumento de Capital	-	800	
Bens recebidos em Doação	-	114	
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-	914	
Capital Circulante Líquido	(26.516)	(23.126)	
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	70.340	80.094	
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	43.824	56.968	
Variação líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa	26.516	23.126	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 1T24

Valores em milhares de reais

**Demonstrações Financeiras Intermediárias - 31 de Março de 2024 e 2023**

	Capital Social	Adiant. Aumento de Capital	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reserva de Lucros Reservas Legal	Reservas Lucros a Realizar	Reservas de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	169.577	-	(1)	-	-	-	19.282	(109.392)	79.466
Adiantamento para aumento de capital	-	800	-	-	-	-	-	-	800
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	(71)	-	(71)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	-	78	78
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(37.677)	(37.677)
Reserva de Doações	-	-	-	114	-	-	-	-	114
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023	169.577	800	(1)	114	0	0	19.211	(146.991)	42.710
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	170.377	-	(1)	-	-	-	18.998	(132.018)	57.356
Adiantamento para aumento de capital	-	0	-	-	-	-	-	-	0
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	(71)	-	(71)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	-	78	78
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	28.349	28.349
Reserva de Doações	-	-	-	0	-	-	-	-	0
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024	170.377	0	(1)	0	-	-	18.927	(103.591)	85.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16 e a Instrução nº 480, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício

a) Diminuição da subvenção econômica

A CETESB recebeu a título de subvenção econômica da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, nas rubricas “Pessoal e Encargos Sociais” e “Custeio”, R\$ 31.379 dos R\$ 39.777 previstos na Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.863 de 22/12/2023 e Decreto Estadual nº 68.309 de 18/01/2024) para o primeiro trimestre de 2024. A redução do repasse correspondeu a 21,1%.

b) Continuidade Operacional

Apesar da diminuição dos recursos de subvenção durante o período de 21,1%, contra 49,1% do mesmo período do exercício anterior, a Secretaria da Fazenda e Planejamento continua monitorando os fluxos de caixa através do SIEDESC (Sistema Integrado de Execução da Despesa, Empenho e Controle), e libera a subvenção paulatinamente, de acordo com a previsão de fluxo de caixa da CETESB, a fim de garantir a sustentabilidade das atividades, sem prejuízo de sua continuidade operacional. Contudo, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

considerados normais para uma empresa estatal dependente, com níveis mínimo e máximo de caixa dentro dos padrões do controlador.

c) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras intermediárias referentes ao 1º trimestre de 2024 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, em 24 de março de 2024 e 28 de março de 2024, respectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Declaração de conformidade e base de preparação:

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras foram evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

- Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

- Uso de estimativas e premissas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, assim, a Companhia revisa suas premissas e conseqüentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras no primeiro trimestre de 2024 foram:

a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)

Em consonância com o normativo contábil NBC TG 01 (R4), a Companhia estabelece procedimentos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que assegurem que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Para tanto, contratou empresa técnica especializada para prestação de serviços de avaliação patrimonial, para fins de atualização da conciliação físico/contábil dos bens tangíveis e intangíveis da CETESB. A referida empresa avaliará os ativos em consonância as Resoluções nº 4.534 e 4.535 de 24/11/2016 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas atualizações e as instruções da referida norma contábil, bem como, os pressupostos do CPC 01 (teste de recuperabilidade), CPC 04 (Vida remanescente dos ativos intangíveis), CPC 10 (Valor de reposição / Valor justo/ Mercado/Residual) e CPC 27 (Vida remanescente dos ativos imobilizados).

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos.

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes – CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários, quando os processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes:

(i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – Geral – NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

provisionados.

- Normas e interpretações novas e revisadas

Até 31 de março de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciaram as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente, comparativamente aos exercícios anteriores.

a) Disponibilidades

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 4).

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades da empresa, como, por exemplo, os suportes de reagentes dos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são descaixes compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Imobilizado

Até 31/12/2003, o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia realizada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. Neste processo, a Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custos dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, foi contabilizada na própria conta de Reservas de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4), quando há indícios de perda.

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 10).

f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 31 de março de 2024.

g) Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra “Convênios” com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas.

h) Contribuição Social

A Companhia optou pela tributação com base no Lucro Real. Em 31/03/2024, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, teve uma base de cálculo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

negativa de R\$ 16.749 ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

j) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

4. Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado.

As aplicações financeiras vinculadas a convênios observam os mesmos procedimentos dos recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados “convênios” (vide nota explicativa nº 14) e não podem ser aplicados na operação regular da Companhia.

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Bancos	1.528	2.567
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	35.162	59.953
Total Recursos Próprios	36.690	62.520
Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios	7.135	7.821
Total	43.825	70.341

5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

São os adiantamentos decorrentes de férias a usufruir no mês subsequente, adiantamento de 13^º

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

salário; assistência médica; viagens e multas de trânsito de empregados autorizados a conduzir veículos da Companhia em suas atividades. Com relação ao adiantamento de assistência médica, vale ressaltar que o plano de saúde que a CETESB oferece aos seus empregados é administrado pela própria empresa, ou seja, os prestadores de serviços médicos são contratados pela CETESB, que arca com cerca de 85% das despesas. A parte dos empregados é contabilizada na rubrica de adiantamento de assistência médica e é reembolsada pelo empregado mediante parcelas mensais descontadas no salário. Para os adiantamentos que ultrapassam o exercício corrente é constituída provisão para perdas de liquidação duvidosa baseado em dados estatísticos do IBGE, levando em consideração a expectativa de vida da população brasileira. Em 31/03/2024 a expectativa era de 75,5 anos.

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31.03.2024	31.12.2023	31.03.2024	31.12.2023
Adiantamento de Assistência Médica	1.963	1.938	14.898	14.270
Adiantamento de Férias	1.738	2.850	-	-
Adiantamento de 13º Salário	3.576	-	-	-
Diversos	235	175	-	-
Atualização Legal Assistência Médica	-	-	(9.450)	(8.702)
PCLD - Assistência Médica	-	-	(2.573)	(2.098)
Total	7.512	4.963	2.875	3.470

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

a) Curto Prazo

	31.03.2024	31.12.2023
Imposto de Renda	5	5
Pasep	3	4
Cofins	13	20
CSLL	120	100
Antecipação de Contribuição Social	70	70
Total	211	199

b) Longo Prazo

A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, conforme decisão proferida em seu favor junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, para todos os impostos retidos durante o exercício são feitos pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil, via PERDCOMP, após entrega da ECF – Escrituração Contábil Fiscal. A mesma prática é adotada para as Contribuições Sociais dos exercícios em que foram apuradas base negativa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Imposto de Renda - Exercícios Anteriores	893	901
CSLL - Exercícios Anteriores	789	817
CSLL Estimada	1.183	1.182
PCLD	<u>(1.008)</u>	<u>(925)</u>
Total	1.857	1.975

7. PARCELAMENTOS A RECEBER

São os créditos decorrentes de aplicação de multas ambientais conforme a legislação vigente, à empresas e outras entidades que aderiram a um programa de parcelamento, e da prestação de serviços diversos. No intuito de garantir a liquidez, estes recebíveis são avaliados trimestralmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, e, quando constatada inadimplência recorrente evidenciando baixa probabilidade de recebimento, a transferência dos valores do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda - PCLD. O critério adotado para constituição da provisão para perda são os títulos vencidos há mais de 6 meses. No decorrer do exercício é realizada uma projeção mensal da UFESP para o final do ano, de acordo com a evolução do índice IPC-Fipe e os títulos em aberto são atualizados de acordo com essa projeção.

	<u>CIRCULANTE</u>		<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Multas Fontes Móveis	840	957	24.024	23.272
Multas Fontes Estacionárias	4.474	4.713	12.847	12.720
Multas Agenda Verde	2.402	2.502	3.982	4.098
Assistência Médica	102	99	865	807
Diversos	28	28	97	104
PCLD	(202)	(198)	(32.199)	(31.148)
Atualização Legal	-	-	615	1.574
Total	7.644	8.101	10.231	11.427

8. VALORES A RECEBER – DÍVIDA ATIVA

No primeiro trimestre de 2024, a Companhia prosseguiu com as inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa – SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com perspectiva de recebimento praticamente certo.

Para os títulos a receber, registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, a Companhia constituiu,

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) na ordem de 97%, independentemente do prazo de inscrição do título, em consonância a um estudo técnico baseado em análise da média histórica de recebimentos, tomando por base os três últimos exercícios. Esta metodologia foi aprovada na reunião nº 564 do dia 20/10/2021 do Conselho de Administração e é revisado anualmente pela área competente.

a) Inscrições na Dívida Ativa - CIRCULANTE:

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Recebimentos com perspectiva de até 1 exercício social	11.697	11.278
Arrecadação de multas a repassar	1.462	549
PCLD (-)	<u>(11.346)</u>	<u>(10.940)</u>
Total	1.813	887

b) Inscrições na Dívida Ativa – NÃO CIRCULANTE:

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Recebimentos com perspectiva acima de 1 exercício social	827.131	838.355
PCLD (-)	(802.317)	(813.204)
Atualização Legal	9.806	25.631
PCLD (-)	<u>(9.512)</u>	<u>(24.862)</u>
Total	25.108	25.920

c) Composição da PCLD – Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Multas Fontes Estacionárias	753.105	763.351
Multas Fontes Móveis	335	358
Multas Agenda Verde	<u>48.877</u>	<u>49.495</u>
Total	802.317	813.204

Com o intuito de aprimorar o critério de estabelecimento da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia vem envidando esforços, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, para analisar os processos de multas ambientais inscritos na dívida ativa do Estado, os quais totalizam aproximadamente 11.792 inscrições, até 31 de março de 2024.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMOBILIZADO

a) Saldos Patrimoniais

	Depreciação		31.03.2024		31.12.2023		Líquido
	Taxa % a.a.	Custo	Deprec. Acumulada	Líquido	Custo	Deprec. Acumulada	
Terrenos		14.957	-	14.957	14.957	-	14.957
Edifícios e Instalações	1,82 a 2,86	76.389	(46.059)	30.330	75.191	(45.141)	30.050
Rede Telemétrica	10	2.233	(2.233)	-	2.233	(2.233)	-
Máquinas e Equipamentos	10	130.649	(80.532)	50.117	122.292	(78.548)	43.744
Móveis e Utensílios	10	5.443	(4.329)	1.114	5.203	(4.279)	924
Veículos e Embarcações	20 e 5	15.402	(11.047)	4.355	15.408	(10.769)	4.639
Microcomputadores/Periféricos	20	33.658	(19.372)	14.286	30.536	(19.659)	10.877
Benfeitorias em Prop.de 3º	20	36.615	(11.267)	25.348	36.544	(10.915)	25.629
Outras Imobilizações		1.014	(126)	888	1.014	(124)	890
Imobilizações em Andamento		17.295	-	17.295	22.998	-	22.998
Total		333.655	(174.965)	158.690	326.376	(171.668)	154.708

b) Movimentação

	31.12.2023	Aquisições	Baixas	Transfe rências	Baixas Depreciação	Depreciações	31.03.2024
Terrenos	14.957	-	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	30.050	82	-	1.116	-	(918)	30.330
Rede Telemétrica	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	43.744	344	(28)	8.040	28	(2.013)	50.115
Móveis e Utensílios	924	217	(8)	32	8	(58)	1.115
Veículos e Embarcações	4.639	-	(7)	-	7	(284)	4.355
Microcomputadores/Periféricos	10.877	4.157	(1.035)	-	1.031	(744)	14.286
Benfeitorias em Prop.de 3º	25.629	-	-	72	-	(352)	25.349
Outras Imobilizações	890	-	-	-	-	(2)	888
Imobilizações em Andamento	22.998	3.557	-	(9.260)	-	-	17.295
Total	154.708	8.357	(1.078)	-	1.074	(4.371)	158.690

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Exercício Anterior

	<u>31.12.2022</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas Depreciações</u>	<u>Depreciações</u>	<u>31.12.2023</u>
Terrenos	14.957	-	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	24.235	178	(25)	8.681	84	(3.103)	30.050
Rede Telemétrica	-	-	(53)	-	53	-	-
Máquinas e Equipamentos	31.163	2.565	(4.594)	17.205	4.212	(6.807)	43.744
Móveis e Utensílios	959	211	(223)	5	215	(243)	924
Veículos e Embarcações	5.283	705	(4.884)	5	4.865	(1.335)	4.639
Microcomputadores/Periféricos	7.373	2.679	(2.045)	3.173	2.036	(2.339)	10.877
Benfeitorias em Prop.de 3º	25.782	167	-	1.064	-	(1.384)	25.629
Outras Imobilizações	874	32	-	(9)	-	(7)	890
Imobilizações em Andamento	42.525	9.863	-	(29.390)	-	-	22.998
Total	153.151	16.400	(11.824)	734	11.465	(15.218)	154.708

10. INTANGÍVEL

Composto por licenças de softwares adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais, os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

a) Saldos Patrimoniais

	Amortização		<u>31.03.2024</u>		<u>31.12.2023</u>		
	Taxa % a.a.	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Software	20	13.144	11.425	1.719	13.144	11.219	1.925
Total		13.144	11.425	1.719	13.144	11.219	1.925

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação

	31.12.2023	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Amortizações	31.03.2024
Software	1.925	-	-	-	(206)	1.719
Total	1.925	-	-	-	(206)	1.719

c) Exercício Anterior

	31.12.2022	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Amortizações	31.12.2023
Software	2.752	-	-	-	(827)	1.925
Total	2.752	-	-	-	(827)	1.925

11. FORNECEDORES

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de Imobilizado/Intangível. Os ativos imobilizados e intangíveis são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. Os principais fornecedores estão destacados no quadro abaixo:

	31.03.2024	31.12.2023
Micros e Periféricos	2.709	-
Serviços Assistência Médica	587	3.560
Prestação de Serviços Diversos	1.791	3.473
Serviços de Informática	1.283	1.614
Máquinas e Equipamentos	173	107
Serviços de Limpeza	406	372
Serviços de Segurança	203	196
Devolução de Taxas	1.296	449
Serviços de Manutenção	594	466
Energia Elétrica	253	378
Telefonia	253	158
Materiais de Laboratório	601	863
Água e Esgoto	161	112
Materiais Diversos	84	48
Total	10.394	11.796

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Salários	270	252
Prov.Férias e Encargos Sociais	48.576	49.042
Prov.Férias e Encargos Sociais	3.987	-
Prov. Licença Premio	87	123
Prov. Plano de Carreira	1.322	661
Prov. Partic. Progr. Resultados	<u>27.236</u>	<u>21.875</u>
Total	81.478	71.953

A Companhia provisiona os salários que são pagos dentro do mês. Nesta rubrica também são provisionadas as férias com os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS), licença prêmio e PPR.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CIRCULANTE	
	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Folha de Pagamento	15.388	21.543
De Terceiros	1.725	2.022
Outros	<u>28</u>	<u>28</u>
Total	17.141	23.593

14. ADIANTAMENTOS DE CONVÊNIOS

A Companhia celebrou vários instrumentos que foram agrupados e chamados de “convênios”. Dentre eles encontram-se: Termos de Convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Termos de Compensação Ambiental, Instrumentos de Acordos decorrentes de sentenças judiciais, Termos de Doação, Termos de Colaboração e outros. Cada convênio tem suas cláusulas, tais como: objetivo, plano de trabalho, cronograma, valor, prazo e outras. A maior parte deles foi celebrada com o FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no Estado de São Paulo e com a SABESP, que constitui na cooperação e integração técnica entre as companhias para realizar o monitoramento da qualidade do ar em função do teste de oxigenação no Rio Pinheiros.

Na tabela abaixo foram detalhados os valores recebidos antecipadamente para o desenvolvimento de projetos e estão sujeitos a aprovação final, após análise das prestações de contas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
FEHIDRO	1.706	1.948	2.543	2.904
COSAN	68	67	-	-
PETROBRAS	49	66	353	475
CERJU	319	311	813	793
SABESP	683	668	-	-
DAEE	120	119	168	165
LATU URUGUAI	313	305	-	-
Total	3.258	3.484	3.877	4.337

15. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

Com base na análise e classificação dos processos ajuizados contra a Companhia, suportadas por opinião de seu Departamento Jurídico, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais no Passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis:

Contingências	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Trabalhistas	18.772	67.674	2.251	2.545
Cíveis	2.335	4.479	3.127	2.978
Fiscais:				
Autos Infrações 2009	-	-	21.575	21.302
Total	21.107	72.153	26.953	26.825

O montante em 31/03/2024, registrado em Depósitos Judiciais (Ativo Circulante e não Circulante) efetuados para contingências trabalhistas e cíveis, é de R\$ 57.639 (R\$ 55.123 em 31/12/2023).

A movimentação das provisões no primeiro trimestre de 2024 está demonstrada a seguir:

Ações	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31/12/2023	70.219	7.457	21.302
Adições	-	149	273
Reversões (-)	(48.699)	(2.101)	-
Baixas (-)	(497)	(43)	-
Saldo em 31/03/2024	21.023	5.462	21.575

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.1) Natureza das contingências**a) Provisão para Contingências Trabalhistas.**

Consiste, principalmente em ações decorrentes de Dissídio Coletivo, de reclamações de ex-empregados reivindicando a reintegração ao emprego, com o pagamento dos salários vencidos no período de afastamento e de diferenças de verbas rescisórias. Como destaque, a CETESB é parte de uma ação decorrente do Dissídio Coletivo referente aos anos de 2020 e 2021, que envolve todos os seus empregados. Em 12.07.2022 foi disponibilizado no âmbito da Ação do Cumprimento nº 1000578-68.2022.5.02.0009, julgando parcialmente procedente os pedidos formulados para condená-la ao pagamento de parcelas relativas as diferenças sobre salários que compreendem períodos entre (30.04.2020 até dezembro de 2021 e 01.05.2021 até dezembro de 2021), bem como, sobre valores de reajustes sobre os benefícios do vale alimentação e vale refeição comercial. Além disso, também na referida ação consta a multa de 10% (dez por cento) do salário base em favor dos empregados substituídos prejudicados. Contra a referida decisão, a CETESB interpôs Recurso Ordinário com pedido de efeito suspensivo no TST, para o qual aguarda julgamento.

Paralelamente, as entidades sindicais iniciaram a execução provisória da Ação de Cumprimento das sentenças normativas proferidas nos Dissídios Coletivos de 2020/2021 e 2021/2022, Processo nº 1001136-54.2022.5.02.0069, tendo sido determinado pelo Juízo que, no prazo de 8 dias úteis, contados a partir de 22.08.2022, a CETESB apresentasse os cálculos dos valores referentes aos respectivos dissídios coletivos, retroativos às suas respectivas datas bases, com aplicação de correção monetária e juros, bem como, com a aplicação de multa por descumprimento das obrigações de fazer, no valor equivalente a 10% do salário base em favor dos empregados. Os cálculos foram elaborados e apresentados pela CETESB no prazo legal (31.08.2022), totalizando R\$ 42.002, que correspondem aos proventos, benefícios, encargos e outras indenizações (multa e honorários advocatícios). Os cálculos foram homologados e, a CETESB depositou em 06.10.2022 o valor líquido em Juízo, que corresponde a R\$ 41.200. O valor atualizado em 31/03/2024 é de R\$ 46.092.

Contudo, em 29.11.2023 foi publicado Acórdão proferido pelo TST no dissídio coletivo de 2020/2021, Processo nº 1006067-84.2020.5.02.0000, julgado em 20.11.2023, onde foi dado provimento ao recurso ordinário da CETESB para impedir qualquer reajuste salarial e de benefícios até 31.12.2021, por força da Lei Complementar nº 173/2020. Foram apresentados embargos de declaração pelos Sindicatos, mas tal recurso não foi acolhido, transitando-se em julgado a decisão em 15.03.2024. Os autos foram devolvidos ao Tribunal Regional do Trabalho e se encontram pendentes de arquivamento definitivo.

Em relação ao Dissídio Coletivo de 2021/2022, Processo nº 1002714-02.2021.5.02.0000, o TST, em

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sessão realizada em 11.12.2023, deu provimento parcial aos Embargos de Declaração interpostos pela CETESB e, conferindo efeito modificativo ao julgado, vedou qualquer reajuste salarial e de benefícios até 31.12.2021, nos termos da Lei Complementar nº 173/2020. Da mesma forma que ocorreu no dissídio de 2020, foram apresentados embargos de declaração pelos Sindicatos, mas tal recurso não foi acolhido, transitando-se em julgado a decisão em 12.03.2024. Os autos foram devolvidos ao Tribunal Regional do Trabalho e arquivados definitivamente em 26.03.2024.

Nossos consultores jurídicos, com base nesses desenvolvimentos, atualizaram a classificação de risco de perda provável para possível. Assim, a provisão de R\$ 48,7 milhões foi revertida neste trimestre, conforme demonstrado na rubrica 20.

b) Provisão para Contingências Cíveis

Consiste, principalmente, de ações com características próprias, sendo, em sua grande maioria, mandados de segurança, contra a aplicação das fórmulas para cálculo do preço das licenças ambientais decorrentes da Decisão de Diretoria nº 315/2015/C e dos Decretos Estaduais nº 62.973/2017 e nº 64.512/2019, em que há a possibilidade de desembolso indireto pela devolução de valores pagos no âmbito dos processos licenciatórios.

c) Provisão para Contingências Fiscais**c.1) Exercício de 2009**

Em 2014, a Receita Federal do Brasil constituiu crédito tributário de R\$ 36.587 referente a contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) relativas à 2009. O montante atualizado em 31/03/2024 é de R\$ 71.763, classificado pelo Departamento Jurídico da seguinte forma: R\$ 21.575, como perda provável e R\$ 50.188 como perda possível. O referido crédito tributário encontra-se em execução fiscal, processo nº 0033927-88.2015.403.6182 e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB. O Seguro Garantia poderá ser alterado conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

c.2) Exercício de 2013

A fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 27/09/2018, emitiu Auto de Infração e Termo de Ciência de Lançamento e de Encerramento Parcial do Procedimento Fiscal nº 081.9000.2016.01291, contra a CETESB, relativo à CSLL do exercício de 2013, no montante de R\$ 26.249. A Companhia ingressou com impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa, questionando o valor

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

arbitrado da contribuição, composto por: montante principal de R\$ 6.571 e multa de R\$ 19.678. Nos termos do Acórdão nº 16-86.301, proferido em 14/03/2019 pela 10ª Turma da DRJ/SPO, a impugnação foi julgada procedente em parte, mantendo o crédito tributário no valor originário de R\$ 3.548, cujo valor atualizado em 31/03/2024 é de R\$ 6.526. A Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e aguarda julgamento. Em 31/03/2024, o Departamento Jurídico da CETESB manteve a classificação desse processo como “perda possível”.

c.3) Exercícios de 2016 e 2017

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo instaurou procedimentos fiscais com o objetivo de examinar o cumprimento das obrigações principais e acessórias pertinentes à contribuição ao Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (“PIS/PASEP”), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) do período de apuração de 01.01.2016 a 31.12.2017. Em 13.01.2021, após a análise da documentação, foi lavrado Termo de Ciência de Lançamentos e Encerramento Total do Procedimento Fiscal, em relação a (i) CSLL, instaurado o Processo nº 15746-720.053/2021-37, implicando a lavratura do Auto de Infração e a constituição do crédito tributário no valor de R\$ 4.543; (ii) PIS/PASEP e COFINS, instaurado o Processo nº 15746-720.052/2021- 92, culminado na lavratura dos Autos de Infração e a constituição de crédito tributário no valor de R\$ 3.582 e R\$ 16.531, respectivamente. As autuações totalizaram R\$ 24.656, cujo valor atualizado em 31/03/2024 é de R\$ 31.235. As autuações foram recebidas pela CETESB em 14.01.2021. Em 15.02.2021, foram apresentadas tempestivamente suas impugnações. As autuações estão em fase extrajudicial aguardando decisões de primeira instância que poderão ser objeto de recurso voluntário ao CARF. Após o esgotamento da esfera administrativa, caberá avaliação de eventual propositura de ação judicial a depender do entendimento jurisprudencial à época do seu encerramento. Há questionamento expresso sobre a base de cálculo das autuações e há discussão judicial em paralelo sobre o regime de apuração e a composição da base de cálculo para a incidência do PIS/COFINS. Desta forma, a análise do Departamento Jurídico é que tais autuações devem ser classificadas como “perda possível”.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***d) Divulgação de Processos classificados como de Perda Possível**

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Trabalhistas	58.467	9.367
Cíveis	76.678	75.061
Fiscais:		
Autos Infrações - 2009 (1)	50.188	49.563
Auto Infração - 2013 (2)	6.526	6.412
Autos Infrações - 2016/17 (3)	<u>31.235</u>	<u>30.657</u>
Total	223.094	171.060

- 1) Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. Ação judicial em curso mediante seguro garantia.
- 2) Receita Federal – Auto de Infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.
- 3) Receita Federal – Autos de Infrações, relativos aos exercícios de 2016 e 2017, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL. A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

16. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em outubro de 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, para identificar oportunidades de compensação de contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores com base em interpretação da legislação então vigente. Esse levantamento julgou que o valor de R\$ 59.265 teria sido recolhido a maior nos últimos 5 anos anteriores à 2020. A CETESB optou por fazer a compensação mensal desse valor pago a maior no recolhimento do INSS patronal, abatendo do mesmo, R\$ 264, R\$ 29.582 e R\$ 29.419 dos recolhimentos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, por meio de PERDCOMP. A Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, avaliou os riscos desse procedimento e decidiu fazer o provisionamento dos valores compensados atualizados, enquanto aguarda a homologação do processo de compensação na Receita Federal do Brasil. Em 31/03/2024, o montante provisionado atualizado é de R\$ 83.407 (R\$ 81.439 em 31/12/2023). A variação de R\$ 1.968 foi contabilizada na rubrica Atualização Legal Contribuições Previdenciárias, demonstrada na nota explicativa nº 21.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a) Capital Social:** o capital social está representado por 5.679.218.530 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R\$ 170.377 em 31/03/2024, (R\$ 170.577 em 31/12/2023), sendo 99,9999% pertencente à Fazenda do Estado de São Paulo e 0,0001% de ações em tesouraria.
- b) Reservas de Reavaliação:** A Companhia realizou no exercício de 2003, a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No primeiro trimestre de 2024, houve a realização do montante de R\$ 70, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. Desta forma o saldo das Reservas de Reavaliação é de R\$ 18.927 (R\$ 18.998 em 31/12/2023);
- c) Prejuízos Acumulados:** Compreende o lucro acumulado no primeiro trimestre de 2024 no montante de R\$ 28.349, mais a reserva de reavaliação, e o prejuízo acumulado do exercício anterior no montante de (R\$ 132.018), totalizando o montante de (R\$ 103.591).
- d) Antecipação de Dividendos:** A Assembleia Geral Ordinária de 25/04/22 aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 63.877, relativos ao exercício de 2021, pagos em 20 de maio de 2022. Como a Companhia reapresentou suas demonstrações financeiras de 2020 e 2021, com o objetivo de retificar alguns registros contábeis dos exercícios supracitados, os dividendos relativos ao exercício de 2021, foram distribuídos por um valor a maior no montante de R\$ 7.133, conforme demonstrativo abaixo:

Distribuição de Dividendos - Exercício 2021	<u>Original</u>	<u>Reapresentado</u>
Lucro Líquido do Exercício	67.239	59.730
Apropriação à Reserva Legal - 5%	(3.362)	(2.987)
Reservas de Lucros	63.877	56.744
Dividendos obrigatórios - 25%	(15.969)	(14.186)
Reservas de Lucros a realizar	47.908	42.558

18. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No quadro a seguir, a CETESB demonstra, em detalhes, a composição de suas receitas operacionais líquidas, sendo que merecem destaque: a subvenção econômica, as receitas obtidas com o sistema de licenciamento ambiental e as receitas auferidas com o recebimento de multas ambientais.

De imediato, deve ser ressaltada a importância da receita "Subvenção Econômica", que até 31/03/2024 representou 25,5% do montante das receitas líquidas. A Companhia, na condição de "empresa dependente", consoante o inciso III do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000),

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tem como previsão receber do Governo do Estado de São Paulo a subvenção econômica estabelecida pela Lei Estadual nº 17.863 de 22/12/2023 (lei orçamentária anual), a importância de R\$ 165.937 milhões. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das cotas fixadas no Decreto Estadual nº 68.309, de 18/01/2024 (decreto de execução orçamentária).

Outra receita de grande importância é a obtida com o licenciamento ambiental, a atividade de maior relevância para a CETESB em termos de “controle preventivo da poluição”. Os preços cobrados pelas licenças ambientais emitidas estão regulamentados pelo Decreto Estadual nº 8.468, de 08/09/1976 e suas alterações, sendo, as mais recentes, pelo Decreto Estadual nº 62.973, de 28/11/2017 e Decreto Estadual nº 64.512, de 03/10/2019. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das licenças ambientais, vez que, segundo a legislação vigente, somente devem ser efetuados “à vista”.

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, há que se ressaltar a atividade de “controle corretivo da poluição”, representado pela aplicação de multas ambientais aos que desrespeitam a legislação acima mencionada, dentre outras. Os ingressos de recursos decorrentes do recebimento de multas ambientais também foram reconhecidos contabilmente somente quando de seu efetivo recebimento, consoante CPC-00-Estrutura Conceitual.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2023</u>
Subvenção Econômica	31.379	18.178
Exercício de Poder de Polícia		
Licenciamento	81.241	85.271
Multas Ambientais	13.057	12.019
Subtotal	94.298	97.290
Venda de Serviços/Produtos		
Certificação Veículos/Motocicletas	1.874	1.828
Fecop	32	412
Fehidro	16	482
Emissão de Certidões	292	235
Cursos	132	233
Análises Laboratoriais	211	275
Demais Receitas	17	50
Subtotal	2.574	3.515
Deduções		
ISS/ICMS	(113)	(118)
PASEP/COFINS	(3.478)	(3.624)
Devoluções Licenciamento	(1.033)	(1.364)
Cancelamentos de Multas Ambientais	(576)	(172)
Subtotal	(5.200)	(5.278)
Total	123.051	113.705

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
19. CUSTOS E DESPESAS

	Custo dos Serv. e Produtos Vendidos e Subvencionados		Despesas Gerais e Administrativas	
	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2023</u>	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2023</u>
Pessoal e Reflexos	89.673	80.693	24.870	24.022
Pessoal Afastamento SEMIL	-	-	6.192	7.901
Pessoal Afastamento Fund Florestal			256	180
Remuneração Diretoria	334	277	199	187
Assistência Médica	4.780	4.198	2.531	5.014
Remun.Órgãos Estatutários	-	-	589	486
Recup.Pessoal Afastamentos Outros Órgãos			(74)	(71)
Materiais	1.346	2.764	686	513
Serviços de Terceiros	4.958	4.350	2.348	2.834
Servs.Prestados Partes Relacionadas	-	-	386	183
Viagens	307	184	150	128
Aluguéis	217	141	762	50
Utilidades	866	948	599	632
Seguros	1	-	129	56
Imp/Taxas e Contribuições	414	708	75	319
Depreciações/Amortizações	3.256	2.564	247	1.194
Baixa com Venda do Imobilizado	-	-	1.078	-
Distribuição de Custos	1.034	1.067	(1.034)	(1.067)
Demais Despesas	90	244	1.568	344
Total	<u>107.276</u>	<u>98.138</u>	<u>41.557</u>	<u>42.905</u>

20. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2023</u>
Recuperação Despesas de Convênios	859	3.513
Outras Recuperações	42	73
Provisões e Reversões de Contingências		
Trabalhistas/Cíveis	50.651	(13.708)
Outras Provisões e Reversões	(1.615)	(2.563)
Outras Despesas e Receitas	1.964	620
Total	<u>51.901</u>	<u>(12.065)</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2023</u>
Receitas Financeiras		
Atualização Legal PGE	294	251
Atualização Legal Outros	1.683	2.023
Rendimentos Corretora	683	483
Rendimentos Aplicação Financeira	587	1.354
Outras Receitas Financeiras	52	57
Total	3.299	4.168
(-) Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(133)	(152)
Atualização Legal	(1.082)	(1.819)
Atualização Cont. Previdenciária	(1.968)	(2.315)
Outras Despesas Financeiras	(54)	(489)
Total	(3.237)	(4.775)
RESULTADO FINANCEIRO	62	(607)

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

23. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16.

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, pela Deliberação nº 1, de 15/03/2024, com vigência a partir de 11/02/2023, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***b) Transações com Entidades Estaduais****I) Serviços contratados**

Em 31 de março de 2024 e 2023, a Companhia possuía em aberto os montantes de R\$ 386 e R\$ 183 a pagar, respectivamente, referentes a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica “Serviços Prestados Partes Relacionadas” no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, demonstradas na nota explicativa nº 19:

Empresas	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2023</u>
SABESP	155	47
PRODESP	<u>231</u>	<u>136</u>
Total	386	183

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou no primeiro trimestre de 2024 e 2023 com as partes relacionadas, o montante de R\$ 3.330 e R\$ 1.802, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de cursos, serviços e produtos.

Empresas	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2023</u>
CDHU	-	2
CPTM	1	51
EMAE	4	4
EMTU	7	76
IPT - Inst Pesquisas Tecnologicas	-	1
METRO	8	48
SABESP	<u>3.310</u>	<u>1.620</u>
Total	3.330	1.802

A contabilização dos gastos e custeio da Companhia em relação aos empregados afastados junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL e Fundação Florestal-FF foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566ª reunião, realizada em 15/12/2021. No demonstrativo abaixo estão detalhadas as despesas referentes ao primeiro trimestre de 2024.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)
31.03.2024 31.03.2023

Natureza da transação	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	5.757	-	5.757	-	6.388	-	6.388
Benefícios a empregados	-	434	-	434	-	1.513	-	1.513
Telefone	-	43	-	43	-	24	-	24
Aprop.Depreciação	-	46	-	46	-	75	-	75
Energia Elétrica	-	60	-	60	-	65	-	65
Água/Esgoto	-	34	-	34	-	10	-	10
IPTU	-	-	-	-	-	33	-	33
Outros Materiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Serv. Terceiros	-	272	-	272	-	204	-	204
TOTAL		6.646		6.646		8.312		8.312

Fundação Florestal
31.03.2024

31.03.2023

Natureza da transação	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	180	-	180	-	151	-	151
Benefícios a empregados	-	76	-	76	-	29	-	29
Telefone	-	17	-	17	-	9	-	9
Aprop.Depreciação	-	18	-	18	-	28	-	28
Energia Elétrica	-	24	-	24	-	18	-	18
Água/Esgoto	-	14	-	14	-	1	-	1
IPTU	-	-	-	-	-	1	-	1
Outros Materiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Serv. Terceiros	-	109	-	109	-	52	-	52
TOTAL		438		438		289		289

c) Afastamento de Empregados

Em 31 de março de 2024, a CETESB possuía 69 empregados afastados à SEMIL e 03 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica “Pessoal Afastamentos SEMIL e Fundação Florestal”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, de R\$ 6.192 e R\$ 256 respectivamente, demonstradas na nota explicativa 19.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica “Recuperação de Despesas – Afastamento de Empregados”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 74 e R\$ 71 respectivamente, demonstradas na nota explicativa nº 19.

d) Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas

Em 07 de outubro de 2023, foi firmado o Termo de Compartilhamento de Imóvel e Rateio de Despesas número 01/2023/CETESB, registro número 084677/2023-54, pelos representantes da Companhia

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF). O presente termo estabelece a utilização compartilhada dos imóveis da CETESB pelos órgãos citados, bem como o rateio das despesas comuns relacionadas à manutenção funcional dos imóveis (aluguel, condomínio, água, luz, telefone, limpeza, segurança, portaria, recepção, materiais de consumo), utilidades públicas, serviços comuns e despesas gerais.

O critério adotado para o rateio foi a fração de ocupação de área fixada para cada órgão participante, sendo de 76,28% da CETESB, 18,34% da SEMIL e 5,38% da Fundação Florestal. O presente termo foi firmado por prazo indeterminado e os valores serão cobrados no mês subsequente ao término de cada trimestre anual, mediante a prestação de contas apurada pelo órgão gestor (CETESB).

e) Utilização de Imóveis

A SEMIL – Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 23,72% da área do imóvel da sede da CETESB.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Agência Ambiental	Cedente	Início	Vencimento
ABC I	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
ABC II	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	SEMIL		Indeterminado
Atibaia	Prefeitura	2018	06/12/2038
Avaré	SEMIL	2001	Indeterminado
Barretos	Prefeitura	2018	19/02/2028
Bauru	SP+Perto		Indeterminado
Botucatu	Prefeitura	2018	20/12/2048
Campinas	Secret. Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Capão Bonito	Prefeitura	2008	02/08/2025
Dracena	Prefeitura	2014	Renovando
Embu das Artes	SEMIL		
Franca	Prefeitura		
Guarulhos	Prefeitura	2008	Indeterminado
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jabotical	Prefeitura	2013	07/07/2031
Jales	Prefeitura	2008	Indeterminado
Jundiai	DER	2003	Indeterminado
Limeira	Prefeitura	2011	07/11/2026
Marília	Secret. Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Mogi das Cruzes	Prefeitura	2010	Renovando
Mogi Guaçu	Prefeitura	2019	11/03/2029
Osasco	Semil		
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Registro	Projeto SP+Perto	2012	Indeterminado
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
Santo Amaro	Semil		
São Carlos	Secret. Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São João da Boa Vista	Prefeitura	2020	16/09/2050
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
São José dos Campos	Prefeitura	2017	
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SEMIL	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado
Votuporanga	Prefeitura	2019	16/05/2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. REMUNERAÇÕES PAGAS AOS ADMINISTRADORES

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, com os montantes dos exercícios registrados na rubrica “Remuneração de Órgãos Estatutários”, conforme demonstrado abaixo, foram registrados no grupo “despesas gerais e administrativas”.

	Valores		Número de Membros	
	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2023</u>	<u>31.03.2024</u>	<u>31.03.2023</u>
Conselho de Administração	296	269	11	11
Comitê de Auditoria (*)	193	129	4	3
Conselho Fiscal	99	88	5	5
Diretoria	533	464	5	5
Total	1.121	950	25	24

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base *pro rata temporis*, no mês de dezembro de cada ano.

(*) Conforme estatuto da Companhia, integrará o Conselho de Administração o(a) Diretor(a)-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

25. Eventos Subsequentes

Em consonância ao normativo contábil NBC TG 01 (R4) a CETESB contratou o laudo de *Impairment*, que foi emitido em 15 de abril de 2024 pela empresa PLM Auditoria e Consultoria que constatou não haver indício de perda do valor recuperável dos ativos da empresa, dispensando, assim, a necessidade de constituição de provisão por estimativa de perda de valor recuperável. Além disso, não foi identificado nenhuma indicação de que algum Ativo ou grupo de Ativos da CETESB possa ter sofrido desvalorização em função de sua vida útil.

CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório de revisão das informações contábeis
intermediárias

Referente ao 1º trimestre do exercício de 2024.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Acionistas e aos Conselheiros da
CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo – SP**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias supracitadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Partes relacionadas

Os fluxos de caixa da Companhia são monitorados pelo (Sistema Integrado de Execução da Despesa, Empenho e Controle – SIEDESC) da CETESB e pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, que libera as subvenções paulatinamente, a fim de garantir a sustentabilidade das suas atividades sem prejuízo da continuidade operacional. Conforme descrito na Nota Explicativa nº18, informamos que a CETESB recebe, a título de subvenção econômica, da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, valores previstos na Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.863, de 22/12/2023). Esses recursos vêm consignados para pagamento de despesas em “Pessoal e Encargos Sociais” e “Custeio”. Em função disso, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros considerados normais para uma empresa estatal dependente, com níveis mínimo e máximo de caixa dentro dos padrões do controlador. As demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Barueri, 10 de maio de 2024

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por
ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2024.05.29 16:07:14 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

Eliane Resmini

Assinado de forma digital por Eliane
Resmini
DN: cn=Eliane Resmini, o=eliane,
ou=eliane,
email=resmini_58@hotmail.com, c=BR
Dados: 2024.05.29 17:57:33 -03'00'

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica